

GARVAL

Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2003

RELATÓRIO E CONTAS DE 2003

I.	Órgãos Sociais	3
II.	Relatório do Conselho de Administração	4
III.	Demonstrações Financeiras	12
	- Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 2003	13
	- Demonstração de Resultados Líquidos de 2003	15
	- Notas anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2003	17
IV.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	27
V.	Certificação Legal de Contas	29

I. ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo – IFT, representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros
Vice-Presidente	DET – Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A., representado por Joaquim Pinto
Secretário	Banco Comercial Português, S.A., representado por Anabela Pereira Dolores Frazão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	José António Ferreira de Barros
Vogais	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI, representado por Américo André Março NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, representado por João Artur Ferreira da Costa Rosa Banco BPI, S.A., representado por Renato Fernando Ribeiro da Silva GESTAZUL – Imobiliário e Investimentos, S.A., representado por Manuel Lourenço da Silva

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	José António Ferreira de Barros
Membros	Banco BPI, S.A., representado por Renato Fernando Ribeiro da Silva NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, representado por João Artur Ferreira da Costa Rosa

FISCAL ÚNICO

Executivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. iniciou o ano de 2003 como uma das três Sociedades de Garantia Mútua (SGM) a operar no mercado, prosseguindo o trabalho desenvolvido pela SPGM desde 1994.

O Sistema de Garantia Mútua iniciou assim uma nova fase da sua existência, a sua fase de maturidade, apresentando um braço operacional claramente definido e protagonizado pelas SGM actuantes, a SPGM – sociedade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), que assume agora o papel de “*holding*” do sistema, disponibilizando ainda uma série de serviços e apoios às SGM –, e o FCGM que, desde Janeiro de 2003, contragarante as garantias prestadas pelas SGM.

A Garval, bem como as restantes SGM, tem vindo a beneficiar amplamente do reconhecimento, do prestígio e da postura adoptada pela SPGM ao longo dos anos junto dos principais parceiros institucionais, permitindo uma rápida aceitação e integração no mercado.

CONJUNTURA

Evolução Económica

A evolução da economia internacional no primeiro semestre de 2003 foi pouco animadora, em especial na Zona Euro. As diferenças entre as orientações macroeconómicas dos dois grandes blocos ocidentais (EUA e Zona Euro) fizeram-se sentir nos ritmos de curto prazo destes parceiros, com fortes ajustamentos cambiais, o que, em conjunto com a estagnação da procura interna europeia, motivou um menor desempenho da Zona Euro.

Como pequena economia aberta e integrada na Zona Euro, a economia portuguesa reflectiu os factores que se fizeram sentir a nível europeu, ampliados por condicionantes endógenas. A quebra do consumo interno por parte do sector privado foi acompanhada pela redução da despesa pública, consequência directa da implementação de uma política orçamental mais restritiva. Por outro lado, a evolução do Euro face ao Dólar e a conjuntura internacional recessiva não favoreceram a expansão do investimento directo estrangeiro nem o investimento em novos mercados.

Portugal regista em 2003 a maior queda do PIB de toda a Zona Euro (que terá crescido 0,4%), distanciando-se do objectivo de convergência, ao que acresce um aumento do nível de desemprego e uma degradação nos índices de confiança dos agentes económicos. Por força da integração monetária e da evolução das taxas directoras fixadas pelo Banco Central Europeu, a taxa de inflação tem vindo a reduzir-se, proporcionando no segundo semestre uma redução no ritmo de desaceleração do investimento.

Na segunda metade do ano, os indicadores indiciam uma atenuação das tendências de queda da economia, com a recuperação de alguns indicadores para níveis positivos. A melhoria das expectativas dos agentes económicos e o crescimento sentido na procura externa motivado pelo melhor desempenho dos nossos principais parceiros comerciais têm vindo a inverter a tendência sentida durante o primeiro semestre, evidenciando alguns sinais de recuperação.

Mercado de Crédito

Os dados do Banco de Portugal revelam que ao longo do ano de 2003 os Bancos mantiveram uma política de crédito restritiva relativamente ao sector privado não financeiro.

Esta política de crédito seguida pelos Bancos tendeu a atenuar-se no terceiro trimestre do ano, esperando-se que os dados do último trimestre revelem a manutenção da tendência de alteração dos critérios de aprovação de empréstimos no sentido de uma maior restrição, embora de forma menos significativa.

Muito embora a generalidade dos bancos tenha reportado no segundo semestre estabilidade nos seus critérios de aprovação, a maioria dos bancos assinalam a prática de spreads mais elevados, em particular nos empréstimos de maior risco, bem como uma maior exigência de garantias. Em menor grau, foi também reportada a aplicação de comissões mais elevadas nas operações de crédito, de limites mais restritivos aos empréstimos, a contratação em maturidades tendencialmente mais curtas e com condições não pecuniárias mais exigentes.

A procura de empréstimos e linhas de crédito por parte de empresas manteve uma tendência de decréscimo, em especial nos financiamentos de médio e longo prazo. A diminuição da procura fez-se sentir em particular no segmento de pequenas e médias empresas, encontrando-se sobretudo associada a menores necessidades de financiamento para investimento ou reestruturação empresarial. Ao invés, a reestruturação da dívida foi apontada como principal factor indutor de procura de empréstimos bancários por parte das empresas.

Neste cenário, o papel da Garantia Mútua torna-se excepcionalmente relevante, facilitando o acesso ao crédito bancário pelas PME's, substituindo, com vantagem, os colaterais que os Bancos têm vindo a exigir.

ACTIVIDADE

O início da actividade da Garval dá-se em Janeiro de 2003, com a prestação de garantias fundamentalmente às empresas das regiões de Santarém, Vale do Tejo e Leiria, sendo o seu quadro de pessoal uma separação da equipa técnico-comercial da Delegação da SPGM de Santarém.

Por motivos burocráticos, alheios à sociedade, a Garval só pode verdadeiramente actuar no mercado em finais de Março, atrasando a sua entrada em cerca de um trimestre. Este atraso no início da actividade operacional revelou-se o principal constrangimento da Garval em 2003, marcando indelevelmente as contas e a actividade desenvolvida.

Pese embora este facto, a Garval conseguiu superar o seu objectivo inicial de contratação, excedendo-o claramente. Foram contratadas garantias num volume superior a € 6.200.000, permitindo a obtenção de cerca de € 17.400.000 de crédito junto do Sistema Financeiro Português.

A Garval tem mantido uma colaboração estreita com a SPGM e com as outras SGM (Norgarante e Lisgarante), no sentido de rentabilizar as sinergias resultantes dos esforços comuns. Os benefícios foram claramente a obtenção de economias de escala, a transmissão dos conhecimentos adquiridos e das melhores práticas de mercado, bem como o aumento da visibilidade e notoriedade da sociedade e da Garantia Mútua.

A SPGM passou a funcionar como uma espécie de *holding* do Sistema, dedicando-se à dinamização e supervisão do Sistema de Garantia Mútua, ao exercício das funções relacionadas com a gestão do Fundo de Contragarantia Mútuo e assegurando as áreas administrativa, financeira e informática das novas Sociedades, numa óptica de prestação de serviços partilhados.

Toda a carteira de operações da Garval está automaticamente coberta num montante que, por regra, assume um mínimo de 50% do capital garantido, através do Fundo de Contragarantia Mútuo.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise das contas da sociedade e da actividade operacional demonstrará claramente o principal constrangimento da Garval em 2003: a impossibilidade de emitir garantias durante praticamente todo o primeiro trimestre, motivada por atrasos burocráticos a que fomos alheios.

Muito embora, do ponto de vista operacional, o ano de 2003 se tenha assemelhado a um ano com apenas nove meses, o cumprimento dos objectivos estabelecidos foi conseguido e ultrapassado de forma inequívoca. Não obstante, um primeiro semestre com um nível baixo de actividade acabou por marcar indelevelmente as contas da sociedade, traduzindo-se nomeadamente num menor nível de proveitos.

Dado que, embora tenha iniciado a actividade em Janeiro de 2003, a sociedade apenas pode emitir garantias em final de Março, as contas expressam inequivocamente a inexistência de volume de negócios durante praticamente todo o primeiro trimestre.

O Activo ascendeu a € 2 669 079. Resultante da actividade desenvolvida, a empresa apresenta a existência de responsabilidades extrapatrimoniais no montante de € 6 315 009, na sua maioria (€ 6 124 493) relativas a passivos eventuais decorrentes da emissão de garantias.

O resultado líquido foi negativo em € 46 485 reflectindo o investimento realizado com o início de actividade da Garval, com as amortizações do exercício a atingirem os € 26 002. A evolução da actividade implicou uma necessidade de investimentos adicionais para permitir acomodar a procura sentida junto do mercado e a manutenção da prestação de um serviço de qualidade aos mutualistas.

Muito embora a empresa apresente um resultado negativo, houve lugar ao apuramento de impostos a pagar ao Estado no montante de € 810. O valor apurado resulta da tributação autónoma à taxa de 6% de despesas com viaturas ligeiras de passageiros e de despesas de representação.

Refira-se, ainda, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2004, a Garval procurará continuar o trabalho levado a cabo no seu primeiro ano de actividade, reforçando a sua presença junto das empresas e empresários das suas regiões de influência. O reforço da actividade deverá ser efectuado não apenas em volume, mas também em quantidade, promovendo do aumento da adesão ao mutualismo, e em qualidade, procurando em todo o momento do tempo a prestação de um serviço melhor e mais eficiente.

A entrada em funcionamento do Sistema Integrado de Gestão (SIG) permitirá a gestão da sociedade numa base *workflow*, proporcionando um melhor acompanhamento e um apoio mais directo às empresas que recorrem aos serviços da Garval, ao mesmo tempo que melhorará e tornará mais eficaz a análise de crédito.

A existência de diversos protocolos celebrados entre a Garval e diversas entidades, nomeadamente alguns dos principais Grupos Bancários a actuar no território nacional, e com o IAPMEI, através da sua Rede de Áreas Cliente Empresas (RACE), contribuirá para o reforço do volume de negócios, potenciando as vantagens da Garantia Mútua às empresas suas clientes.

As perspectivas, embora condicionadas, de retoma económica e de aumento da procura interna por parte do sector privado, das exportações e do investimento, possibilitarão um contributo adicional ao incremento de actividade da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2004, encontrarão na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria criado desde 1994 com a SPGM.

A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e das instituições bancárias.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respectivas áreas de actuação.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante e Lisgarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que mutuamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da Sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas desejamos que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2003, no valor de € 46 485,28.

- Para Resultados Transitados (€ 46 485,28)

Santarém, 15 de Janeiro de 2004.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Américo André Março

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Manuel Lourenço da Silva

Renato Fernando Ribeiro da Silva

**III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2003**

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

ACTIVO	(euros)		
	2003		2002
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido
1. Caixa e Disponibilidades no Banco de Portugal	750		750
2. Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	63 741		63 741
3. Outros Créditos sobre Instituições de Crédito	2 500 000		2 500 000
4. Créditos sobre Clientes			
5. Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo			
a) Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo – de Emissores Públicos			
b) Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo – de outros emissores (dos quais: Obrigações próprias)			
6. Acções e outros Títulos de Rendimento Variável			
7. Participações			
8. Partes do Capital em Empresas Coligadas			
9. Imobilizações Incorpóreas	14 724	8 209	6 515
10. Imobilizações Corpóreas (dos quais imóveis de serviço próprio)	105 176	35 890	69 286
11. Capital Subscrito e não Realizado			
12. Acções próprias ou Partes de Capital próprias			
13. Outros activos	36 149		36 149
15. Contas de Regularização	22 637		22 637
16. Prejuízos do Exercício	46 485		46 485
TOTAL DO ACTIVO	2 789 662	44 099	2 745 563
			2 748 464

RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	2003	2002
1. PASSIVOS EVENTUAIS	6 124 493	0
Dos quais:		
- Aceites e compromissos por endosso de efeito redescontados		
- Cauções e activos dados em garantia		
2. COMPROMISSOS	190 516	
Dos quais:		
- Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	190 516	

(euros)		
PASSIVO	2003	2002
1. Débitos para com Instituições de Crédito		
a) - À Vista		
b) - A Prazo ou com Pré-Aviso		
2. Débitos para com Clientes		
a) - À Vista		
b) - A Prazo		
3. Débitos representados por Títulos		
a) - Obrigações em Circulação		
b) - Outros		
4. Outros Passivos	8 242	78 464
5. Contas de Regularização	44 097	
6. Provisões para Riscos e Encargos		
a) - Provisões para Pensões e Encargos Similares		
b) - Outras provisões	26 968	
6A. Fundo para Riscos Bancários Gerais		
8. Passivos Subordinados		
9. Capital subscrito	2 670 000	2 670 000
10. Prémios de Emissão		
11. Reservas		
12. Reservas de Reavaliação		
13. Resultados Transitados	-3 744	
14. Lucros do Exercício		
TOTAL DO PASSIVO	2 745 563	2 748 464

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Américo André Março

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Manuel Lourenço da Silva

Renato Fernando Ribeiro da Silva

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS	(euros)	
	2003	2002
1. Juros e Custos Equiparados		
2. Comissões	2 135	17
3. Prejuízos em Operações Financeiras		
4. Gastos Gerais Administrativos	129 999	957
a) – Custos com Pessoal	81 343	
Dos quais:		
(- Salários e vencimentos)	(68 008)	
(- Encargos Sociais)	(13 335)	
Dos quais:		
(- c/ Pensões)		
b) – Outros Gastos Administrativos	48 656	957
5. Amortizações do Exercício	26 002	18 097
6. Outros Custos de Exploração		
7. Provisões para Crédito Vencido e para Outros Riscos	30 365	
8. Provisões para Imobilizações Financeiras		
10. Resultado da Actividade Corrente		
11. Perdas Extraordinárias	1	
13. Impostos sobre Lucros	810	
14. Outros Impostos	338	
15. Lucro do Exercício		
TOTAL	189 650	19 071

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC nº 8125

PROVEITOS	(euros)	
	2003	2002
1. Juros e Proveitos Equiparados	127 346	15 305
Dos quais:		
(- de Títulos de Rendimento Fixo)	(5 667)	
2. Rendimentos de Títulos		
a) – Rendimento de Acções, de quotas e de outros Títulos de Rendimento Variável		
b) – Rendimento de Participações		
c) – Rendimento de Partes de Capital em Empresas Coligadas		
3. Comissões		
4. Lucros em Operações Financeiras		
5. Reposições e Anulações Respeitantes a Correções de Valor Relativos a Créditos e Provisões para Passivos Eventuais e para Compromissos	3 397	
6. Reposições e Anulações Respeitantes a Correções de Valor Relativas a Valores Mobiliários que tenham o carácter de Imobilizações Financeiras, a Participações e a partes de Capital em Empresas Coligadas		
7. Outros Proveitos de Exploração	12 411	
8. Resultado da Actividade Corrente	(45 347)	(3 766)
9. Ganhos Extraordinários	11	22
11. Prejuízo do Exercício	46 485	3 744
TOTAL	189 650	19 071

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Américo André Março

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Manuel Lourenço da Silva

Renato Fernando Ribeiro da Silva

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(VALORES EM EUROS)

INTRODUÇÃO

A GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. foi constituída em 14 de Novembro de 2002, tendo iniciado actividade operacional apenas em Março de 2003.

A actividade da Sociedade restringe-se à área de prestação de garantias, especialmente em formas intermediadas de financiamento, limitando a sua actuação às empresas com Código de Actividade Económica do sector industrial, comércio, turismo, serviços e construção.

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

NOTA 3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo adquirido desde a constituição da Sociedade está valorizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Provisões para impostos sobre lucros

Os impostos correntes são provisionados de acordo com a legislação aplicável. A diferença que existe entre o resultado contabilístico e o fiscalmente aceite para a tributação em IRC resulta, sobretudo, da abordagem às provisões constituídas para riscos gerais de crédito pois, embora de constituição obrigatória para o Banco de Portugal, não são aceites como custo fiscal.

NOTA 11 - MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferên- cias	Amortização do exercício	Alienações (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.03
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES									
INCORPÓREAS									
Despesas de									
estabelecimento	13 564	3 886	1 160			4 323			6 515
Custos Plurianuais									
Outras									
	13 564	3 886	1 160			4 323			6 515
IMOBILIZAÇÕES									
CORPÓREAS									
Obras em Imóveis	6 848	137	8 132			300			14 543
Arrendados									
Equipamento	57 065	14 074	33 131			21 379			54 743
Património Artístico									
	63 913	14 211	41 263			21 679			69 286
Total	77 477	18 097	42 423			26 002			75 801

NOTA 14 - CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CLIENTES

É o seguinte o escalonamento por prazos de vencimento destes Créditos, correspondentes às rubricas 3 do Activo:

	Outros créditos sobre Instituições de Crédito	
	2003	2002
Prazos		
Até 3 meses	1 500 000	
De 3 meses a 1 ano	1 000 000	2 500 000
De 1 a 5 anos		
Mais de 5 anos		
Duração Indeterminada		
	2 500 000	2 500 000

NOTA 23 - COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1º grau, sem quaisquer outras garantias reais oferecidas. Os outros passivos eventuais referem-se a compromissos irreversíveis de compra de acções próprias.

	2003	2002
Passivos eventuais		
Garantias e avais	6 124 493	0
Outros passivos eventuais		
Compromissos		
Revogáveis		
Irrevogáveis	190 516	
	6 315 009	0

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avais, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 3 463 468.75 euros. Consequentemente, o valor líquido das garantias e avais prestados pela Sociedade ascende a 2 661 024.40 euros.

NOTA 25 - MOVIMENTO DAS PROVISÕES

	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Anulações/ Reposições	Saldo Final
Crédito Cobrança Duvidosa					
Outros Créditos					
Depreciação de Títulos					
Investimento					
Outras Aplicações					
Imóveis					
Títulos					
Riscos Gerais de Crédito					
Aviso nº 3/95 B.P.	0	30 365		3 397	26 968
	0	30 365		3 397	26 968
	0	30 363		3 397	26 968

Em resultado da adição da alínea n) ao nº 1.1 do art.15 do Aviso nº 3/95, efectuado pelo Aviso nº 9/2003, a parte das garantias prestadas pela Garval que se encontre contragarantida pelo Fundo de Contragarantia Mútuo não está sujeita à constituição de provisões para riscos gerais de crédito.

NOTA 27 - CONTAS DIVERSAS

	2003	2002
ACTIVO		
Proveitos a receber	21 895	7 340
Despesas com custo diferido	742	29
Outras		1 593
	<u>22 637</u>	<u>8 962</u>
PASSIVO		
Custos a pagar	12 868	
Receitas com proveito diferido	31 229	
Outras		
	<u>44 097</u>	<u>0</u>

NOTA 31 - OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

As contas de Outros Activos e Outros Passivos englobam os seguintes saldos:

	2003	2002
OUTROS ACTIVOS		
Outros valores disponíveis	127	
Devedores e outras aplicações	36 022	
	<u>36 149</u>	<u>0</u>
OUTROS PASSIVOS		
Credores diversos	2 133	78 464
Outras exigibilidades		
- IRC		
- Diversos	6 109	
	<u>8 242</u>	<u>78 464</u>

NOTA 34 - VOLUME DE EMPREGO

Administração	5
Quadros directivos e técnicos	3
Secretariado e administrativos	1

NOTA 35 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	2002	2002
Conselho de Administração	5 250	
Conselho Fiscal	7 231	
Assembleia Geral		
	12 481	0

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39 - DEMONSTRAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO E DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	2003	2002
<u>Outros resultados de exploração:</u>		
CUSTOS		
Quotizações e donativos		
Outros		
	0	0
PROVEITOS		
Prestação de serviços	11 350	
Reembolso de despesas	1 061	
Outros		
	12 411	0

	2003	2002
<u>Resultados extraordinários:</u>		
PERDAS		
Relativas a exercícios anteriores		
Outras	1	
	<u>1</u>	<u>0</u>
GANHOS		
Relativas a exercícios anteriores		
Mais-valias na realização de valores imobilizados		
Outros	11	22
	<u>11</u>	<u>22</u>

NOTA 41 - CARGA FISCAL

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	2003	2002
Reporte fiscal		
Estimativa de impostos	810	0
Imposto pago		

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, Entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Américo André Março

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Manuel Lourenço da Silva

Renato Fernando Ribeiro da Silva

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC nº 8125

Anexo
Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2003, a participação no Capital Social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade era a seguinte:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
e ao Investimento – IAPMEI 944 300 acções

(quantidade reflectindo a celebração ao longo do exercício transacto de contratos promessa para venda a PME's aderentes à Sociedade de 95 700 acções ao valor unitário de € 1 por acção);
- NERSANT - Associação Empresarial
da Região de Santarém 86 300 acções

(tendo ao longo do exercício transacto alienado 13 300 acções ao valor unitário de € 1 por acção);
- Banco BPI, S.A. 51 200 acções

(tendo ao longo do exercício transacto alienado 11 300 acções ao valor unitário de € 1 por acção);
- GESTAZUL – Imobiliário e Investimentos, S.A. 50 000 acções

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2003, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
e ao Investimento – IAPMEI 35.37%
- SPGM – Sociedade de Investimento, S. A. 13.73%

IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual da nossa acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com referência ao exercício findo em 2003 Dezembro 31.

Ao longo deste exercício, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efectuadas, pudemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o exercício e as perspectivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adaptados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Nestes termos, somos de parecer que aproveis:

- a) O Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício findo em 2003 Dezembro 31.
- b) A proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 2004 Janeiro 23

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

Representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2003 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de € 2 745 563, o qual inclui um prejuízo do exercício no valor de € 46 485, e um total de passivo, naquele mesmo montante, que inclui € 2 670 000 de capital subscrito e realizado, bem como Resultados Transitados negativos no valor de € 3 744), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.** em 2003 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 2004 Janeiro 23

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.)
